

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, VALORES E ATITUDES FACE AO POLÍTICO EM ANGOLA E MOÇAMBIQUE¹

Franz-Wilhelm Heimer*
Elisete Marques da Silva
Gabriel Mithá Ribeiro

Uma análise abrangente da política tal como ela é vivida pela sociedade – dos espaços constituídos nesta esfera pelos actores sociais, e dos processos que neles se desenrolam – não pode limitar-se ao exame das práticas/comportamentos, mas tem forçosamente que incluir o estudo da “dimensão subjectiva”, ou seja, o pensamento social² sobre o político.

Este segundo nível – o do modo como os actores sociais, condicionados pelo contexto social em que se encontram inseridos, vêem e “sentem” a política, e a si próprios face a ela e no seu contexto – tem até à data recebido uma atenção bastante reduzida, no fundo apenas fragmentária e metodologicamente em geral pouco adequada, nos trabalhos sobre a África Subsaariana, e em especial sobre a África Lusófona. Um esforço destinado a captar as dinâmicas complexas e

* Os autores são investigadores do Centro de Estudos Africanos / ISCTE de Lisboa. Franz-Wilhelm Heimer é professor catedrático jubilado de sociologia e estudos africanos do ISCTE. Elisete Marques da Silva é docente do Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa e doutoranda em estudos africanos do ISCTE e Gabriel Mithá Ribeiro é mestre e doutorando em estudos africanos do ISCTE.

¹ Versão revista de uma comunicação apresentada no VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro, Coimbra, 16 a 18 de Setembro de 2004.

² Retoma-se aqui, aplicado ao campo específico do político, o conceito de “*social thinking*”, cunhado pela psicologia social cognitiva. Veja Tajfel 1984, Farr & Moscovici 1984, Flick 1998, Vala & Monteiro 2004.

muitas vezes contraditórias que caracterizam as recomposições políticas actualmente em curso nos países africanos de língua portuguesa³ terá assim que incluir a dimensão do pensamento social, a título de vertente constitutiva.

É nesta perspectiva que se situa a investigação cujos resultados aqui se resumem de forma provisória e sintética. A intenção da pesquisa é a de captar algumas das características mais salientes da maneira como, na presente conjuntura histórica de Angola e Moçambique, as populações urbanas destes dois países “pensam” e “sentem” o político.

Perspectiva analítica e metodologia

De maneira um tanto esquemática, podem distinguir-se as seguintes dimensões do pensamento social sobre o político⁴:

- A dimensão que via de regra mais destaque recebe é a cognitiva, ou seja, a que remete para fenómenos diversamente designados como cognições sociais, como representações sociais, como crenças ou, quando contêm elementos de causalidade, como explicações. Estes fenómenos devem ser concebidos como resultados de processos (sempre sociais, porque condicionados pelo tecido social onde o indivíduo se encontra inserido) de uma produção de sentido, e não como uma apropriação (concebida como passiva e individual) de “realidades objectivas” (ou “dadas”).

- A dimensão avaliativa abrange não apenas o conjunto dos valores considerados como relevantes para a esfera do político (os “valores políticos”), mas também a avaliação, à luz destes valores, de estruturas, processos e actores presentes na mesma esfera.

- A dimensão afectiva compreende as cargas emocionais que aparecem associadas às cognições sociais, mas com especial intensi-

³ O presente estudo foi elaborado no quadro de um projecto com este título, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, coordenado por Franz-Wilhelm Heimer e realizado no quadro do Centro de Estudos Africanos / ISCTE de Lisboa.

⁴ Veja Heimer *et alii* 1990.

dade nos valores e avaliações. É esta a dimensão que redundava nas atitudes – em sentido estrito – face ao político⁵.

• Finalmente, a dimensão conativa corresponde aos “esquemas de acção”, ou seja, a comportamentos fixos (“estereotipados”), por assim dizer guardados como programas na *software* da pessoa, e que são desencadeados como reflexos por determinadas situações.

Importa sublinhar que estamos aqui longe das “opiniões” circunstanciais / situacionais, recolhidas p.ex pelas sondagens de opinião. Idealtipicamente encontramos face a vertentes duráveis, complexas e coerentes do pensamento social sobre o político – e é às constelações (*patterns*) sedimentadas de vertentes duráveis do pensamento social sobre o político que reservamos o termo de “culturas políticas”. Convém sublinhar que as culturas políticas, assim entendidas, são naturalmente sujeitas a mudanças, a longo prazo ou em função de acontecimentos marcantes, e que estes processos de constituição, desagregação e recomposição podem implicar fases de menor sedimentação, consistência e complexidade.

Nesta perspectiva, a investigação em que se baseia o presente estudo constitui uma tentativa de verificar até que ponto há na fase actual, em Angola e Moçambique, estruturas desta natureza. Uma vez que, nos dois países, a problemática analítica atrás equacionada não tem até hoje sido objecto de investigações científicas⁶, os autores optaram na sua pesquisa por um procedimento metodológico particularmente cuidadoso, combinando a técnica “qualitativa” das entrevistas (abertas e semi-estruturadas) com a técnica “quantitativa” do inquérito por amostragem⁷. No presente trabalho, optou-se por uma

⁵ Num sentido menos estrito, o termo “atitudes” é utilizado por certos autores em relação às quatro dimensões, falando-se por conseguinte em “atitudes cognitivas”, “atitudes avaliativas”, “atitudes afectivas” e “atitudes conativas”. Veja p.ex. Chaiken & Eagly 1993. No presente estudo, não é porém este o uso terminológico adoptado.

⁶ As únicas – e importantes – excepções parecem ser Ribeiro 2000, Carvalho 2003 e Silva 2005.

⁷ A primeira fase da investigação consistiu em cerca de 90 entrevistas abertas de carácter exploratório, realizadas em Luanda e Maputo por Franz-Wilhelm Heimer e Elisete Marques da Silva, de Julho a Setembro de 2001; veja Heimer & Silva 2002

utilização de alguns dos resultados do inquérito como fio condutor, “lendo” e interpretando estes resultados, porém, contra o pano de fundo das entrevistas⁸. Em razão do lançamento tardio desta linha de investigação⁹ e dos limitados recursos humanos e materiais disponíveis, não houve condições para estender o estudo às sociedades rurais, sabendo-se embora que estas continuam a constituir a maioria da população, e que o seu pensamento social sobre o político, caracterizando-se por uma considerável diversidade, é bastante diferente daquele que se encontra nas cidades¹⁰.

Os contextos de Angola e Moçambique

Como é óbvio, os resultados obtidos devem ser lidos contra o pano de fundo das trajectórias de ambos os países: delimitação geográfica e concomitante gestação (até hoje inacabada) de formações sociais territoriais, em condições de ocupação colonial portuguesa; um período pós-colonial caracterizado por uma tentativa de implementação de uma utopia socialista, inspirada pelos princípios do chamado centralismo democrático e da economia centralmente planificada, e em simultâneo

que em parte é retomado no presente texto. De Julho a Setembro de 2003 e em Março de 2004, os três autores realizaram, separadamente ou em conjunto, cerca de 100 entrevistas individuais semi-estruturadas nas cidades angolanas de Luanda, Lubango e as moçambicanas de Maputo, Nampula, Beira e Tete; nas mesmas cidades foram realizadas 15 entrevistas de grupo. As entrevistas individuais foram no essencial realizadas com pessoas provenientes dos estratos médios residentes na parte central da respectiva cidade, as entrevistas de grupo na sua maioria com pessoas dos estratos baixos, residentes nas periferias urbanas. A título complementar foi executada, por inquiridores angolanos respectivamente moçambicanos, um pequeno inquérito por amostragem, de um total de 734 inquiridos, nas mesmas cidades – exceptuando Beira – bem como na cidade de Sumbe. Em virtude da sua dimensão limitada, a amostra não corresponde, obviamente, a critérios rigorosos de representatividade, mas a sua constituição cuidadosa justifica uma utilização dos dados obtidos como aproximação válida.

⁸ Os dados de inquérito apresentados no presente estudo foram considerados como válidos porque são confirmados pelos resultados das entrevistas, ou então compatíveis com estes. Uma utilização mais explícita dos resultados das entrevistas será feita em trabalhos posteriores.

⁹ A fase preparatória do projecto teve início em meados de 1998, e a da execução em Dezembro de 2000, estando o fim desta fase marcado para Novembro de 2004.

¹⁰ Para Angola, este facto é ilustrado por A-IP 2003 bem como pela dissertação de mestrado em estudos africanos de António Guebe sobre os Hanya, ainda em preparação no ISCTE.

guerras civis com fortes envolvimento internacionais; desde há mais de uma década, uma transição para um sistema político multipartidário e para uma economia de mercado, acompanhada por complexos processos de recomposição social; existência, na fase actual, de uma dinâmica política caracterizada, com diferenças de grau (e porventura qualitativas) entre Angola e Moçambique, pelo predomínio do segmento social dos detentores do poder (e agregados) e pela impotência da maioria da população¹¹.

Angola tem vindo a integrar-se, desde fins dos anos 80, no grupo de países africanos cujo protótipo histórico foi o Zaire dos “tempos áureos” de Mobutu Sese Seko, e que inspirou o subtítulo de uma obra recente: “A desordem como instrumento político”¹². Esta constatação refere-se à maneira como o espaço político dominante foi estruturado enquanto a guerra civil ainda decorria e foi, inclusive, instrumentalizada para o processo. Constituiu-se neste período como “actor social colectivo” dominante um segmento complexo de detentores do poder político e económico, onde é possível distinguir um núcleo central, vários núcleos secundários e um grande número de indivíduos agregados. A lógica deste segmento – cujo poder assenta no controlo do aparelho (administrativo, militar, económico) do Estado e do antigo partido único, o MPLA, maioritário desde a passagem, em 1992, para um sistema pluripartidário – concentra-se naquilo que em linguagem marxista se poderia chamar a sua “reprodução alargada”, ao arrepio de muitas das normas oficialmente propagadas e das racionalidades internacionalmente consagradas. Por outras palavras, por uma prática a que a obra atrás referida chama “da desordem”¹³, e cujo significado concreto será desnecessário explicar a quem tem vivido ou atentamente acompanhado a Angola das últimas décadas. Podemos aqui limitar-

¹¹ Veja a análise mais pormenorizada em Heimer 2004.

¹² Veja Chabal & Daloz, 1999.

¹³ Convém salientar que os autores a apresentam não como uma ausência de ordem, mas como uma lógica alternativa, praticada em boa parte de África, e que teria o mérito de “funcionar” em circunstâncias onde a “ordem” internacionalmente postulada não seria viável. Um dos reparos a fazer a esta obra é o de que são apresentadas como típicas e exclusivos de África características amplamente difundidas em todas as partes do globo.

-nos a apontar para as duas vertentes constitutivas: a obtenção de benefícios materiais a curto e médio prazo, e a manutenção no poder¹⁴.

O que fica subentendido, mas que será oportuno salientar, é que esta forma de estruturar o espaço político exclui, na prática, a presença activa de outros actores sociais¹⁵, o que é facilitado pelo facto de só uma única vez, em 1992, ter havido eleições. O único actor social com alguma efectividade na esfera do político, já desde os anos 80, foram as igrejas cristãs, inicialmente mais as protestantes, depois mais a católica¹⁶. Na segunda metade dos anos 90, acrescentaram-se-lhes outros mecanismos da “sociedade civil”, desde associações e ONGs até uma certa imprensa livre¹⁷. E desde o início dos anos 90, constituíram-se mais de 130 partidos políticos, dos quais uma dezena tem assento no parlamento, mas a sua importância real é globalmente bastante limitada, e no caso da grande maioria praticamente nula¹⁸.

A esmagadora maioria da população não tem, por conseguinte, um estatuto efectivo de cidadão, e à sua “exclusão política” corresponde uma muito acentuada “exclusão social”¹⁹. Situação de que tem uma nítida percepção, e que resulta predominantemente numa atitude de rejeição, expressa em termos explícitos ou “codificados”²⁰.

¹⁴ Os trabalhos de investigadores como Alexactus Kaure, André Sango, Armando Marques Guedes, Christine Messiant, David Birmingham, Fernando Andresen Guimarães, George Wright, Gerald Bender, Keith Somerville, Manuel Ennes Ferreira, Michael Offermann, Nelson Pestana, Nuno Vidal, Peter Meyns, Tony Hodges e outros, muito diferentes entre si, constituem suportes importantes para este diagnóstico. Veja também os relatórios publicados pelas ONGs Global Witness, Human Rights Watch e International Crisis Group bem como do Christian-Michelsen-Institute de Bergen/Noruega, do Fundo Monetário Internacional e do Sistema das Nações Unidas em Angola.

¹⁵ As coordenadas básicas da “formação social territorial” angolana, saídas da fase de ocupação colonial, são esboçadas em Heimer 1979. Estas coordenadas persistem no seu essencial até hoje. Sobre o conceito de “formação social territorial”, e o seu uso em estudos africanos, ver Heimer 2002.

¹⁶ Ver Schubert 2000 e Domingos 2003.

¹⁷ Ver Pestana 2003.

¹⁸ Alguns entre eles outra coisa não são do que criações ao serviço do partido dominante.

¹⁹ Ver Carvalho 2004 e Rodrigues 2004. A desigualdade social em Angola é, neste momento, provavelmente uma das mais altas do mundo.

²⁰ Resultados das entrevistas realizadas pelos autores em 2001 e 2003. Ver também AIP 2003.

Embora a constituição angolana estipule um sistema de democracia representativa²¹, a lógica dominante tem como consequência que a realidade vivida está longe deste modelo. A participação política é extremamente baixa e selectiva, a transparência é pouca, a separação dos poderes em boa parte fictícia, a legitimação do poder por eleições regulares não é praticada. A imbricação entre política e economia é estreita, e constitui uma condição essencial para que o funcionamento desta última desafie, na maior parte dos casos, as regras fundamentais da economia de mercado.

Há sem dúvida aspectos da política angolana que não seguem a dinâmica aqui esboçada, mas sem até hoje porem em causa o seu domínio hegemónico. Tal facto é tanto mais notável como o fim da guerra civil, em começos de 2002, deu origem à expectativa generalizada de que marcaria o início de uma mudança rápida e incisiva da lógica política dominante. Decorridos quatro anos sobre aquele marco histórico, somos porém forçados a constatar que em termos daquela lógica as continuidades prevalecem de longe sobre as rupturas e mesmo sobre as alterações graduais. É certo que há “paz de tiros”, e que o “universo paralelo”²² construído pela UNITA de Jonas Savimbi deixou de existir, havendo deste modo, pela primeira vez depois do acesso à independência, um espaço político nacional congruente com o território de Angola. Mas é certo também que a lógica do poder e a prática do regime político continua por enquanto a ser fundamentalmente as que existiam no fim da guerra civil, no universo sob controlo governamental.

Não quer isto dizer que Angola se encontra, em termos de dinâmica política, num estado por assim dizer “congelado”. Ao contrário: nos últimos anos, e especialmente desde 2002, acumulam-se os sinais de uma mudança em gestação. No seu conjunto, estes sinais, não raramente (ao menos em aparência) contraditórios, não parecem apontar para uma direcionalidade clara. No seio do segmento no poder, a ponderação, algumas vezes conflituosa, entre as vantagens comparativas de uma manutenção da lógica actual e de uma opção por

²¹ Ver Guedes *et alii* 2004.

²² Ver Milando 2003.

uma democracia e economia “neo-liberais” parece longe de uma conclusão clara. Existem numerosos mecanismos que, num sentido amplo, podem ser considerados como parte da “sociedade civil” e que constituem, implícita ou explicitamente, forças apostadas na obtenção de mudanças qualitativas, mais ou menos incisivas, da lógica política vigente²³. Na população, especialmente nas camadas urbanas mais jovens, observa-se um processo lento mas aparentemente consequente de gestação de uma cultura política diametralmente oposta a esta lógica. E os impactos políticos da “reconquista” do território nacional pela economia informal, e em diferido e de forma hesitante pela economia formal, ambas durante a guerra civil concentradas no litoral e algumas cidades do interior, não parecem até à data previsíveis.

Moçambique, o país africano de língua portuguesa cuja trajectória pós-colonial está melhor estudada²⁴, pertence àquela categoria de países africanos que inclui casos como os dos Camarões e da Zâmbia, onde todas as características referidas no caso de Angola também estão fortemente presentes, mas não configuram um domínio linear e absoluto da “lógica da desordem”. Um segmento dominante existe, mas está menos sedimentado e coeso, e com uma capacidade mais limitada

²³ Alguma imprensa privada e certos pequenos partidos políticos estão empenhados no mesmo sentido. Em contrapartida, o alcance e a direcionalidade da influência do maior partido de oposição ao MPLA, a UNITA, continua a ser difícil de discernir. Há indícios de que este partido poderá vir não a gerar uma “contra-elite”, capaz de constituir uma alternativa de poder, eventualmente promotora de uma lógica diferente, mas de as suas lideranças serem selectivamente “cooptadas” e absorvidas pelo segmento social dominante, constituído até 2002.

²⁴ Veja p. ex. os trabalhos de Adolfo Yáñez-Casal, Allen & Barbara Isaacman, Anne Pitcher, António Almeida Serra, António Manganhele, Barry Munslow, Bernardo Ferraz, Bernhard Weimer, Bertil Egerö, Björn Sorensen, Carlos Serra, Carrie Manning, Célia Nunes, Chris Alden, Christian Geffray, Eduardo Siteo, Elisio Macamo, Fernando Florêncio, Fernando Jorge Cardoso, George Harrison, Georgij Derluguian, Hans Abrahamsson & Anders Nilsson, Harry West, Iraê Lundin, João Cabrita, João Gomes Cravinho, John Saul, José Fialho Feliciano, José Negrão, Joseph Hanlon, Lars Buur, Luís de Brito, Malyn Newitt, Merle Bowen, Michel Cahen, Patrick Harris e Tom Young. Veja também Santos & Trindade 2003.

²⁵ Trata-se não apenas de actores sociais institucionalizados, como partidos políticos, comunidades religiosas e ONGs, mas também de redes informais de elementos pertencentes às elites intelectuais, administrativas e empresariais, sem esquecer as “autoridades tradicionais” fortemente presentes nas sociedades rurais. Sobre estas últimas veja Florêncio 2003.

para impor o seu controlo, inclusive no âmbito do partido no poder, nos aparelhos do Estado e no poder judiciário. A nível nacional, mas também a nível regional e local, há outros actores sociais com uma capacidade real ou potencial de intervenção na esfera do político²⁵. Estes actores não apenas manifestam interesses divergentes dos do segmento dominante, como veiculam exigências e desenvolvem práticas que reflectem o desejo de uma ordem democrática efectivamente baseada nos valores políticos fundamentais²⁶, e de uma racionalidade transparente da governação. Apesar das reservas que se impõem em relação aos moldes em que se realizaram as duas primeiras experiências eleitorais (1994 e 1999), bem como os primeiros casos locais de uma alternância no poder resultantes das eleições autárquicas (2003)²⁷, criaram na população e nos detentores do poder a consciência de que uma mudança pelo voto era possível mesmo ao nível do poder central. A esmagadora vitória da FRELIMO nas eleições legislativas e presidenciais de 2004, em parte devida ao “colapso eleitoral”²⁸ da RENAMO, pode eventualmente ter prejudicado esta tendência. De qualquer modo, ao longo destas três décadas pós-coloniais, como em Angola, o antigo partido único em Moçambique acusa até hoje uma nítida tendência para, fundamentalmente, manter a postura de um partido único – ou, no mínimo, esmagadoramente dominante²⁹.

²⁶ Os valores políticos da liberdade, da igualdade, da participação, do bem-estar social, da segurança, da dignidade (individual e colectiva) e da existência de um “projecto societal” acusam uma alta saliência em Moçambique. Veja Heimer & Silva 2002 onde se apresentam os resultados preliminares de uma investigação, posteriormente confirmados pelas pesquisas realizadas por Gabriel Mithá Ribeiro e por Franz-Wilhelm Heimer em 2004.

²⁷ Em 2003 a RENAMO venceu as eleições municipais na Beira, Nacala, Angoche, Ilha de Moçambique e Marromeu.

²⁸ Expressão utilizada por Joseph Hanlon em conferência proferida no ISCTE (Lisboa) a 01.02.2006.

²⁹ O resultado da primeira eleição em Moçambique (1994) explica-se em boa parte pela pouca credibilidade do partido então recém saído da “oposição armada”, a RENAMO. Sobre a segunda eleição em Moçambique (1999) pairam sérias suspeitas de uma manipulação dos resultados. A vitória esmagadora da FRELIMO em 2004 acentua a instrumentalização do aparelho de Estado e por implicação a reprodução da lógica política reinante. A hipótese da constituição de uma “contra-elite” parece remota em Moçambique, e até à data não parece haver indícios de uma efectiva “cooptação” das lideranças da RENAMO.

O abalo provocado pela muito escassa vantagem obtida nas eleições de 1999, traduzida no receio de a oposição ganhar as eleições nacionais marcadas para fins de 2004, obrigou o partido dominante cada vez mais a esforços para adquirir uma legitimidade derivada de uma prática política respeitadora dos valores e interesses das sociedades moçambicanas e o “funcionamento normal das instituições democráticas”, para usar uma expressão consagrada. Ao mesmo tempo conduziu-o a reactivar a sua ligação às bases - sobretudo nos espaços rurais, de algum modo desorganizados ou negligenciados desde o fim da guerra civil - pela reorganização à escala nacional, regional e local das estruturas do partido político no poder, estratégia que vem consolidando a implantação da FRELIMO em todo o território, com vantagens evidentes em relação à oposição. Embora também em Moçambique a imbricação entre poder político e económico seja bastante acentuada, passando por uma instrumentalização do aparelho de Estado e do partido maioritário³⁰, esta prática não é, como em Angola, função quase absoluta do anseio por benefícios materiais a curto prazo, por parte do segmento dominante. Embora falte bastante para que a população moçambicana tenha alcançado uma situação de cidadania plena, verificam-se neste domínio desde já avanços graduais em comparação com Angola. Ao mesmo tempo, os poderes locais, “tradicionalistas” ou não, têm um peso crescente, embora certamente não proeminente, no processo político global. A imprensa livre desempenha um papel activo comparável ao que tem em Angola. Os mecanismos da “sociedade civil” têm uma visibilidade globalmente menor, mas algumas ONGs dispõem de espaços de acção relativamente consideráveis.

A seguir à vitória incontestável da FRELIMO nas últimas eleições legislativas e presidenciais, observa-se neste partido um nítido avanço de uma tendência “desenvolvimentista” que não aponta necessariamente para uma democracia mais participativa. Subsiste, porém, uma influência significativa da corrente “neo-patrimonialista”, hegemónica durante os anos que precediam estas eleições.

³⁰ Veja o estudo de caso desenvolvido em Garcia 2004.

O conjunto dos indicadores aqui reunidos parece justificar a hipótese de que em Moçambique a dinâmica política é já neste momento qualitativamente diferente da prevalente em Angola. A probabilidade (não a certeza) de um encaminhamento não tanto para um sistema de maior participação política, mas ao menos para uma lógica ao serviço da maioria da população afigura-se em Moçambique menos reduzida do que no “país irmão”. Mas convém sublinhar que, ao contrário de Angola, Moçambique é um país de recursos de tal modo escassos que a dependência externa daí resultante limita de forma extrema a margem de opções de todos os actores sociais endógenos, quaisquer que sejam.

Resultados da investigação preparatória

Convém começar por referir os resultados da inicial fase preparatória dos trabalhos, de 2001, que determinaram a orientação da fase principal da investigação.

Constituiu uma certa surpresa o facto de, no discurso livre dos entrevistados, a dimensão globalmente mais saliente não ter sido a cognitiva, mas a avaliativa, com destaque para os valores políticos de fundo. Outra surpresa foi a descoberta de que, no domínio dos valores, o pensamento social dos entrevistados é bastante mais diferenciado do que o habitualmente registado na literatura internacional sobre cultura política³¹.

É certo que os quatro valores “clássicos” aparecem sempre e com bastante relevo: tanto o célebre binómio “liberdade & igualdade” (ou “liberdade *vs.* igualdade”), como o “par” complementar “participação & bem-estar”. Em todos os quatro casos, registam-se discursos e conotações de natureza individualista, correspondentes aos consagrados na literatura. Com alguma frequência aparecem, porém, também versões de índole “comunitária”, especialmente entre os entrevistados

³¹ Veja a extensa bibliografia indicada em Heimer *et alit* 1990. No fundo, a literatura continua, a este respeito, em certa medida tributária das obras pioneiras dos cientistas políticos americanos Gabriel Almond e Sidney Verba. Veja Almond & Verba 1963 e 1992.

moçambicanos: liberdade de auto-regulação de comunidades rurais, igualdade entre diferentes segmentos sociais, participação de determinados grupos sociais, bem-estar de tecidos sociais específicos.

Para além destes quatro valores, identificaram-se, entretanto, toda uma série de outros; em particular:

- O valor da segurança, com as facetas da ausência de conflitos armados e da criminalidade violenta (especialmente urbana).
- O valor da existência de um objectivo (rumo, projecto, utopia) da sociedade no seu conjunto – às vezes apresentado em termos de necessidade (sócio-) psicológica, às vezes em termos de dignidade “nacional”.
- O valor da solidariedade, como oposto ao princípio da concorrência de interesses individuais e grupais.
- O valor da existência / observância de regras claras para a interacção entre os actores sociais a nível político.
- O valor da boa governação, ou seja, de uma gestão transparente e honesta pelo Estado.

Talvez devido à técnica utilizada, que privilegiou o discurso livre e espontâneo dos entrevistados, afigura-se algo difícil operar nos elementos recolhidos uma distinção nítida entre as cognições e as avaliações relativas ao político vivido pelas pessoas. Via de regra, é o aspecto avaliativo – muitas vezes associado a conotações afectivas – que sobressai, parecendo com alguma frequência haver menos uma “informação” das avaliações pelas cognições, e mais um condicionamento das cognições pelas dimensões avaliativa e afectiva.

A imagem básica da esfera do político que ressalta da maior parte das entrevistas vai no sentido de esta esfera caracterizar-se na fase actual, fundamentalmente, não por uma lógica institucional, mas uma lógica de relações sociais em torno do poder. Portanto, uma representação social distante dos estruturalismos de todas as obediências, e próxima de perspectivas semelhantes às esboçadas por Foucault.

Em relação ao domínio da política “nacional”, há três tipos de cognições sociais (representações, crenças) que se destacam.

- Os regimes políticos vigentes são vistos, em ambos os países, como autoritários e repressivos, situando-se nestes termos numa linha de continuidade que teve o seu início no Estado colonial. Neste contexto, surge com alguma frequência – geralmente com uma visível carga emocional – a noção de que, no período imediatamente a seguir às independências, foi anunciada, e até certo ponto praticada, uma ruptura com estas características “herdadas”.

- É percebida como característica constitutiva da lógica política instaurada no decorrer dos anos 90 aquela que normalmente é rotulada de “corrupção”, e que no pensamento dos entrevistados se assemelha bastante ao modelo (um tanto impropriamente chamado) da “desordem” esboçado por Patrick Chabal e Jean-Pascal Daloz³². Esta representação social está estreitamente associada à imagem da política como relacional, atrás referida³³.

- Os detentores do poder político (central) aparecem, praticamente sem excepção, em termos de uma alteridade bastante radical, excluídos das identidades sociais onde os entrevistados se consideram enquadrados³⁴. O conteúdo deste tipo de representações sociais varia consideravelmente. Enquanto não raramente se recorre à imagem redutora e personalizada do “chefe”, encontra-se com frequência sensivelmente igual a representação de um “eles” colectivo e difuso. Cognições algo menos simplificadoras remetem para “os políticos”, que por vezes

³² Ver Chabal & Daloz 1999.

³³ Convém precisar que o mero facto de um determinado político utilizar o seu poder para beneficiar a sua família tem para muitos entrevistados uma conotação positiva, na medida em que consideram como actos de elementar solidariedade e responsabilidade que uma pessoa em situação confortável apoie a família. O que é rejeitado é que um dado segmento social utilize o seu poder para imprimir a toda a esfera do político uma lógica contrária ao interesse da sociedade global. A coexistência destas duas linhas de pensamento resulta algumas vezes numa visível ambiguidade.

³⁴ Esta cognição é na maioria dos casos acompanhada pela crença de que os detentores do poder desconhecem a realidade da restante população, e não a querem conhecer ou não a conseguem compreender.

aparecem numa espécie de associação constitutiva com os empresários (ou seja, os detentores do poder económico). Para outros, o detentor do poder é (continua a ser mesmo depois da passagem para um sistema multipartidário) uma amálgama entre o Estado (o governo) e o partido político no poder, em ambos os países o mesmo que dominava o anterior sistema monopartidário. Apenas os entrevistados pertencentes às “elites” articularam neste domínio percepções analiticamente diferenciadas³⁵. De qualquer modo, prevalece uma representação social de forte distanciamento.

- Qualquer que seja a percepção de quem são os detentores do poder político, uma representação social largamente difundida entre os entrevistados é a de que, a todos os níveis, se constata uma gestão no mínimo deficiente, e em geral francamente má, dos interesses públicos. Esta cognição é frequentemente ligada à de uma ausência, a nível dos detentores do poder, de perspectivas e políticas a maior prazo, e de uma concentração sobre questões imediatas e pontuais – naturalmente ligados, de uma forma ou de outra, aos interesses (a curto ou médio prazo) dos detentores do poder³⁶.

- Uma clara maioria aceita, em princípio e com entendimentos diversos e frequentemente difusos, o modelo da democracia multipartidária e representativa, embora o considere algumas vezes como imposto a partir do exterior, mas é da opinião que este modelo está a ser implementado só parcialmente e/ou com fortes deturpações³⁷.

Embora a investigação sobre o pensamento social relativo ao político parta habitualmente da hipótese teórica de que as cognições, os valores e as atitudes afectivas/avaliativas se condicionam mutua-

³⁵ É preciso assinalar que os elementos recolhidos são relativamente omissos no capítulo das cognições relativas aos níveis regional e local do poder político, não permitindo descrições/categorizações como as acima esboçadas para o nível nacional.

³⁶ Os únicos detentores de poder que “escapam” a esta percepção são aparentemente algumas das “autoridades tradicionais”, especialmente em Moçambique, na medida em que se lhes atribui com certa frequência uma (certa) capacidade de liderar esforços de auto-regulação das respectivas sociedades rurais.

³⁷ Especialmente em Moçambique, parte dos entrevistados tem a mesma representação social genérica em relação ao modelo socialista da I República.

mente, a pesquisa aqui apresentada parece apontar mais no sentido de estas últimas serem – de acordo com uma lógica quase dedutiva – predominantemente “produzidas” pelas primeiras duas dimensões. Sendo importante salientar que as reacções dos entrevistados sugerem a utilidade de distinguir entre dois níveis de atitudes face ao político.

Um nível é o das atitudes emotivas de fundo. Na Angola do ano 2001, constata-se a este nível uma atitude inequívoca de profundo e omnipresente medo, patente ou latente. Em Moçambique, parecia não haver um denominador único desta natureza: embora o medo estivesse também presente, apareciam ao mesmo tempo sentimentos como a ansiedade e a irritação.

Outro nível é o das atitudes que se situam já na proximidade imediata das práticas políticas dos indivíduos. O leque de atitudes registadas a este nível enquadra-se perfeitamente na célebre tricotomia heurística formulada por Albert Hirschman: “*loyalty*”, “*exit*” e “*voice*”³⁸.

- Praticamente não se encontraram atitudes de “*loyalty*”, ou seja, de aceitação global da realidade política e de apoio à sua “lógica”, tal como era percebida³⁹. Em contrapartida, esta atitude foi manifestada por alguns em relação a dadas forças políticas, melhor dito, aos projectos (utopias sociais, defesa de valores políticos e interesses sociais) imputados por estes entrevistados às forças em questão.

- As atitudes de longe dominantes eram de “*voice*”, ou seja, de contestação da realidade política efectiva (e por vezes do sistema político formal), com destaque para os detentores do poder político (e por vezes das forças que se oferecem como alternativas a estes). Nestas categorias, as atitudes iam da rejeição total até a exigências, formuladas em termos genéricos ou concretos, de transformação da realidade contestada.

³⁸ Veja Hirschman 1970.

³⁹ Na expressão de entrevistados tanto angolanos como moçambicanos, a atitude de “cidadania”, bastante difundida nos primeiros anos pós-coloniais, quase já não se encontraria, especialmente nas camadas mais jovens da população. No entanto, esta afirmação é parcialmente desmentida por Silva 2005.

• Finalmente, houve numerosas manifestações de uma atitude de “*exit*”, de recusa explícita ou implícita tanto da adesão como da contestação, indo as variações desde a vontade de sair do país até às mais diversas formas de “imigração interna” ou de “desconexão”⁴⁰.

Toda a gama atrás exposta de valores, cognições e atitudes encontrou-se tanto em Angola quanto em Moçambique, ficando patente que em ambos os países existem constelações tão diversas – correspondentes à pluralidade de “mundos”⁴¹ que coexistem e se interpenetram nas respectivas formações sociais territoriais – que não é possível falar num pensamento social abrangente (e muito menos uniforme).

Ficou também patente que as manifestações recolhidas na fase preparatória não permitem uma conclusão clara em relação à dúvida, que não é apenas metodológica, de saber se, ou até que ponto, os modos de pensar e sentir o político estão, na conjuntura histórica que ambos os países vivem neste momento, constituídos de forma sedimentada, configurados em “*patterns*” de cultura política identificáveis e relativamente estáveis, ou se estamos na presença, também neste domínio, de processos de recomposição caracterizados por uma grande fluidez – análogos aos que se constatarem nas (estruturas das) práticas das pessoas e dos grupos.

⁴⁰ Algumas seitas, cristãs ou sincréticas, fornecem aos seus fiéis argumentos religiosos para uma atitude de “*exit*”: o mundo é intrinsecamente mau, e “a política” ainda mais do que outras esferas. Um número aparentemente significativo de comunidades rurais parecem considerar como a sua melhor opção a de manter-se à distância do Estado e de toda a política “nacional”.

⁴¹ Metáfora usada por Mía Couto, na entrevista realizada com este escritor, em Maputo. Convém salientar que estes “mundos” são vistos como simultaneamente separados e imbricados, havendo entre eles um grande desconhecimento mútuo, acompanhado por desconfianças e medos. Para captar os seus contornos, não será suficiente recorrer apenas às “clássicas” distinções sociológicas, mas haverá que avançar num campo até à data pouco explorado em estudos africanos, a saber o das identidades sociais que – longe de constituírem características grupais “objectivas” e fixas – são como as culturas políticas do domínio do pensamento social, e interagem intensamente com estas⁴¹. Veja Heimer 1988 e Florêncio 2002.

Orientação e resultados da investigação principal

Foi este conjunto de elementos que determinou o “roteiro” para a fase principal da investigação, efectuada em 2003 e 2004.

- Tanto nas entrevistas como no inquérito, realizados nesta fase, o acento foi posto nos valores, distinguindo-se quatro passos: a importância atribuída a cada um dos valores acima listados, a avaliação da medida em que cada valor foi respeitado na I República, a avaliação da medida em que cada valor foi respeitado na II República, a expectativa relativa à medida em que cada valor será respeitado no futuro previsível. A intenção foi a de, por esta via, captar não apenas valores e avaliações, mas também representações sociais (cognições / explicações) relativamente ao político pós-colonial vivido – no caso do inquérito apenas por inferência, mas no caso das entrevistas através de verbalizações explícitas, desencadeadas pelas perguntas relativas ao respeito dos valores políticos. Prescindiu-se de uma abordagem frontal da dimensão cognitiva que muito provavelmente teria tido um efeito inibitivo.

- Embora a abordagem pela via dos valores já permitisse conclusões sobre as atitudes relativas ao político pós-colonial, estas foram de forma expressa o objecto de um passo distinto onde se tratou de as captar em termos da tricotomia de Albert Hirschman.

- Para estabelecer eventuais diferenças no pensamento social, registaram-se – no inquérito de forma mais sistemática do que nas entrevistas – as características sociográficas das pessoas (género, idade, escolarização, profissão, etnia, religião, origem rural-urbana) bem como, de maneira tentativa, algumas das suas identidades sociais.

Os resultados mais importantes desta fase principal da investigação podem resumir-se esquematicamente nos pontos seguintes⁴²:

⁴² O material extraordinariamente rico será exposto de forma mais detalhada em trabalhos de maior envergadura.

• Devido à selecção dos entrevistados/inquiridos e à metodologia seguida, as manifestações de pensamento social recolhidas referem-se quase exclusivamente ao espaço político abrangente (“nacional”)⁴³. Enquanto a maior parte das pessoas vê este espaço essencialmente como estruturado da maneira que se revelou dominante durante a fase preparatória, a saber, pelas relações entre actores sociais colectivos (simplificando: “os que mandam” e os outros), verifica-se também a representação de um espaço político nacional estruturado em torno da instituição Estado⁴⁴.

• As pessoas aderem de forma relativamente indiferenciada ao conjunto dos valores políticos surgidos na fase preparatória⁴⁵. Há geralmente uma saliência algo maior dos valores do bem-estar, da segurança e da solidariedade. Na maior parte dos casos, a “clássica” escolha entre liberdade e igualdade é recusada, do mesmo modo como a escolha entre participação e boa governação – em ambos os casos com o argumento de que cada um destes valores pressupõe o respectivo outro. Apenas em parte das pessoas com escolaridade secundária ou superior surgem tendências comparáveis às grandes opções ideológicas tradicionalmente existentes na Europa: uma “esquerda” que prefere igualdade & participação, e uma “direita” neoliberal – tecnocrata que opta por liberdade & boa governação. Entretanto, alguns resultados do inquérito permitem formular a hipótese que no universo populacional inquirido se encontram em gestação padrões de cultura política distintos dos historicamente prevalentes na Europa⁴⁶.

⁴³ Nas cidades de Luanda e Maputo registaram-se reacções no sentido de não ter cabimento distinguir o espaço político local do nacional. Nas cidades do Lubango e de Nampula apontou-se para a existência de um espaço político local / regional com características próprias, mas sem haver, da parte dos entrevistados, disponibilidade para aprofundar o assunto.

⁴⁴ Veja em especial o caso de Tete, estudado em Ribeiro 2004.

⁴⁵ No inquérito, a sequência foi igualdade das pessoas, liberdade das pessoas, participação das pessoas nos processos políticos, bem-estar das pessoas, segurança das pessoas e do país, boa governação do país, solidariedade entre as pessoas, regras claras para o funcionamento do país, rumo definido para o país. As médias variam entre 2.45 e 2.82, numa escala de 3. A nível bi-variável, não há qualquer conexão significativa, de sinal positivo ou negativo.

• A avaliação das I e II Repúblicas, em termos de valores postos em prática, é muito predominantemente negativa, com “notas” geralmente algo mais baixas para a II República⁴⁷. Na memória das pessoas, havia na I República não apenas mais igualdade, segurança e solidariedade do que na II República, mas também um maior bem-estar material⁴⁸, um melhor funcionamento da política segundo regras claras e um rumo mais definido para o país⁴⁹. Em contrapartida, a II República é melhor avaliada com respeito à liberdade, e no tocante à participação a avaliação global situa-se ao nível da I República: reconhece-se que hoje há uma participação importante pela via das eleições, mas – especialmente nos estratos baixos – existe em boa parte a representação social que os mecanismos locais instaurados pelos partidos únicos permitiam às pessoas comuns fazer-se ouvir melhor⁵⁰. Como era de esperar, os comentários registados nas entrevistas, em torno destes pontos, retomaram, confirmaram e acentuaram ainda mais todas as cognições e avaliações negativas da actual “dinâmica política”, já surgidas na fase preparatória, e que será desnecessário recapitular aqui. Convém acrescentar que, na maioria dos entrevistados pertencentes a estratos urbanos baixos, estas manifestações tiveram uma considerável carga emocional. No caso de Angola, é preciso ressaltar com grande destaque o facto de que praticamente todos os entrevistados consideraram que a lógica do regime político tinha sofrido, a nível das

⁴⁶ Uma análise factorial por componentes principais, da importância dada aos valores políticos fundamentais, ressalta com toda a nitidez a existência de dois factores (61% de variância explicada, rotação Variamax com Normalização Kaiser, 3 iterações): o mais importante agrega participação, boa governação, regras claras e rumo definido, o segundo igualdade, liberdade, bem-estar, segurança e solidariedade.

⁴⁷ No inquérito, as médias variam entre 1.76 e 2.49 para a I República, e entre 1.68 e 2.26 na II República.

⁴⁸ Aqui prevalece a experiência (representação social) dos estratos baixos que constituem a maioria: durante o socialismo havia poucos bens, mas meios de os adquirir, enquanto agora os bens de consumo abundam, mas não há meios para os comprar.

⁴⁹ A análise factorial das variáveis referidas à I República distingue também dois factores (59% de variância explicada, 3 iterações): o primeiro reflecte a avaliação positiva de todos os valores menos liberdade e participação, a segunda a negativa destes dois valores.

⁵⁰ A este respeito, há porém diferenças significativas entre, p.ex., uma avaliação mais positiva em Maputo e uma mais negativa em Nampula. Pode aqui referir-se que a análise factorial conduz à distinção de dois factores que constituem o inverso exacto dos obtidos para a I República: ver nota anterior.

práticas como das mentalidades, inflexões muito reduzidas e nenhuma ruptura, depois do fim da guerra civil, ocorrido pouco mais de um ano antes da fase principal da pesquisa⁵¹.

- Ainda em termos da implementação de valores, as expectativas em relação ao futuro previsível são pouco claras. No inquérito reflecte-se um *wishful thinking* indiferenciado e não um prognóstico ponderado⁵², e nas entrevistas uma maioria das pessoas manifestou um inequívoco pessimismo quanto a melhorias em relação à situação presente. A interpretação dos autores vai no sentido de que reina uma grande incerteza em relação aos rumos políticos que os dois países vão tomar nos próximos anos.

- Convém salientar que, embora não haja praticamente conexões bivariáveis significativas, nem no seio de cada conjunto de variáveis (relativos aos valores políticos e à sua implementação) nem entre os quatro conjuntos, a análise factorial da soma dos quatro conjuntos põe a descoberto um facto que os autores registam sem ainda poder oferecer uma tentativa de explicação: cada um dos conjuntos constitui um factor à parte, o que parece impor a interpretação de que as pessoas responderam em quatro “registos de pensamento” diferentes⁵³.

- As atitudes face aos dois sistemas políticos vividos na fase pós-colonial reflectem-se da maneira seguinte nas respostas ao inquérito:

	I República	II República
Concorda(va) e apoia(va)	32.4%	26.5%
Não participa(va) e mantinha(mantém)-se à distância	65.4%	64.8%
Era (é) contra e opunha(opõe)-se	2.0%	8.8%

⁵¹ Convém salientar que a fase preparatória da pesquisa se realizou meio ano antes deste marco histórico.

⁵² Médias entre 2.29 e 2.63. A análise factorial evidencia que todas as variáveis constituem um único factor (componente).

⁵³ 52% de variância explicada, 6 iterações. A sequência dos factores, em termos da parcela de variância explicada, segue a ordem em que os pontos foram introduzidos.

Estes números ganham bastante em importância desde que se tenha em consideração o facto de não reflectirem uma continuidade de posições, com poucas variações, mas uma multiplicidade de incisivas mudanças de atitude⁵⁴ – as quais constituem uma ilustração eloquente da complexidade e não linearidade dos processos de recomposição em curso nos dois países. Desnecessário será dizer que a mesma complexidade e não linearidade apareceu, de forma naturalmente mais diferenciada, no conjunto das entrevistas, onde por sinal as rejeições da II República foram bastante mais frequentes⁵⁵.

• Nestes mesmos termos, as atitudes face ao processo em curso⁵⁶ e o seu desenrolar esperado no futuro previsível acusam uma distribuição quase idêntica à relativa à II República⁵⁷. O que ressalta tanto no inquérito⁵⁸ como, ainda mais claramente, nas entrevistas é que uma maioria assume uma atitude de distanciamento e passividade, provocada por uma profunda desilusão e descrença. No entanto, uma

⁵⁴ A tabela de contingência das duas variáveis acusa um coeficiente de contingência de .4, a um nível de significância de .000. Das pessoas que concordavam com a Iª República, 52.0% também concordam com a II República, enquanto 31.6% passaram para uma atitude de abstenção e 16.4% a uma de rejeição; dos que se mantinham à distância durante a I República, 78.2% mantêm a abstenção na II, mas 17.9% a apoiam e 3.9% a rejeitam; dos que rejeitavam a I República, 27.3% também rejeitam a II, enquanto 18.2% a apoiam e 54.5% passaram para uma atitude de abstenção. NB: Os inquiridos que, na altura da I República, ainda não eram adultos foram considerados como omissos, nesta tabela.

⁵⁵ Parece lícito supor que, em situação de inquérito, muitas pessoas esconderam a sua rejeição atrás da resposta menos comprometida da abstenção.

⁵⁶ Convém recordar que, na altura do inquérito e das entrevistas de 2003/2004, a paz alcançada em Angola tinha em princípio criado condições para mudanças políticas importantes. Em Moçambique vivia-se no momento do inquérito na véspera das primeiras eleições autárquicas (numa selecção limitada de municípios), enquanto a maior parte das entrevistas se realizou depois destas eleições, e com os olhos postos nas eleições legislativas de fins de 2004.

⁵⁷ Esta semelhança esconde porém uma medida significativa de “movimentos” entre as atitudes face à II República e face ao futuro. A tabela de contingência das duas variáveis (CC = .49, sig. .000) revela que 1/3 dos apoiantes da II República assume em relação ao futuro uma atitude de abstenção e mesmo oposição; os “abstencionistas” face à II República mantêm em 83% dos casos a sua atitude de distanciamento, passando apenas 15% para uma concordância e 3% para a oposição; dos que rejeitam a II República, apenas 18% mantêm esta atitude em relação ao futuro, enquanto 63% mudam para uma atitude de abstenção e 20% para uma atitude de apoio!

⁵⁸ 29.5% apoiam, 64.5% abstêm-se, 6.0% opõem-se.

minoría relativamente forte dispõe-se a um “engajamento” orientado pelos valores políticos professados, e na sua maioria numa perspectiva de mudança a prazo da “dinâmica política” actual⁵⁹. Uma minoría significativa, mas bastante reduzida, toma uma atitude de rejeição / oposição radical, sem que ficasse claro como a pretende traduzir numa prática⁶⁰.

Esta enumeração sumária dos resultados da investigação principal permitem visualizar tanto o seu alcance quanto as suas limitações, fornecendo inclusive “pistas” a serem seguidas e aspectos a serem aprofundados por trabalhos futuros⁶¹. Uma conclusão importante que parece impor-se é a de que no momento presente não se pode falar, no caso das populações urbanas de Angola e Moçambique, de culturas políticas no sentido estrito. Com efeito, e bem para além dos elementos acima resumidos, foi encontrado um número considerável de indicadores que apontam em dois sentidos: por um lado, para uma grande escassez de conexões entre as diferentes dimensões do pensamento social sobre o político; por outro lado, para a pouca sedimentação – ou mesmo o forte carácter conjuntural – de ao menos parte destas dimensões⁶². E parece desde já haver bases para afirmar que, a evoluir para constelações precisas e (relativamente) estáveis, o pensamento social sobre o político assumirá a forma de uma pluralidade de culturas

⁵⁹ Alguns propõem-se militar em partidos políticos, muitos na sua esfera profissional, muitos também no quadro de uma formação política organizada por igrejas e ONGs, outros ainda no quadro de projectos diversos de desenvolvimento. Nas entrevistas ficou claro que, frequentemente, não se tratava aqui de disposições conativas, mas de intenções de continuar e desenvolver práticas já iniciadas.

⁶⁰ Embora tenha havido nas entrevistas pontuais manifestações do tipo “Isto só muda à catanada!”, uma real disposição para a violência parece ser o facto de apenas uma franja ínfima.

⁶¹ Dois dos autores, Elisete Marques da Silva e Gabriel Mithá Ribeiro, encontram-se entretanto a preparar dissertações de doutoramento destinadas a captar o pensamento social sobre o político em populações circunscritas, respectivamente os estudantes universitários de Luanda e os habitantes da cidade de Tete. Pode referir-se que António Guebe iniciou entretanto uma pesquisa neste domínio, sobre a população rural da região do Cubal /Angola, e Cornélio Caley sobre a população rural do Bailundo /Angola, ambos na preparação de dissertações, respectivamente, de mestrado e de doutoramento.

⁶² Estas constatações referem-se, naturalmente, à população investigada na sua globalidade, sendo provavelmente menos válidas para determinados segmentos minoritários.

políticas – pluralidade esta que será naturalmente bastante maior a partir do momento em que se considerar não apenas a população urbana, mas também a rural.

Para terminar, podemos acrescentar algumas observações sobre o condicionamento do pensamento social pelas inserções sociais das pessoas. Boa parte da literatura sobre o período pós-colonial nos dois países procura, geralmente de forma implícita, as explicações para as manifestações do pensamento social pelo recurso às diferenças sociais de vária ordem, nomeadamente as étnicas, regionais e religiosas bem como as de estratificação social. Ora, as análises do inquérito⁶³ mostram que, ao menos em termos globais⁶⁴, não existe praticamente nenhuma conexão significativa entre as “variáveis independentes” de índole “sociográfica” (género, idade, rendimento, escolaridade, profissão, religião, origem rural-urbana) e os valores, avaliações e atitudes registadas, e que as poucas conexões verificadas são extremamente fracas⁶⁵ e aparentam um carácter aleatório. Em contrapartida, a variável “língua materna”, que serve como indicador de origens étnicas, inserções regionais e graus de urbanização⁶⁶, acusa conexões significativas, embora baixas⁶⁷, com os valores, avaliações e atitudes. Estas são por definição não lineares⁶⁸, não constituem uma base segura para interpretações globais e exigem pesquisas concentradas sobre este aspecto e, provavelmente, separadamente sobre diferentes segmentos/grupos. As diferenças relativamente maiores aparecem entre as seis cidades⁶⁹; sendo obviamente também não lineares e remetendo a interpretações caso a caso. A título de ilustração, indicam-se aqui, por cidade, as percentagens das pessoas que consideraram que a II República respeitava “muito” (em vez de “nada” ou “pouco”) os valores da igualdade e da liberdade⁷⁰:

⁶³ As entrevistas fornecem a este respeito informações pouco sistemáticas e precisas.

⁶⁴ A dimensão limitada da amostra não permite, evidentemente, análises por cidade.

⁶⁵ $r < 2$.

⁶⁶ Salienta-se que 31.2% % indicaram o português como língua materna (43.8% em Angola, 17.6% em Moçambique). NB: Entre as pessoas inquiridas, não houve ninguém que não tivesse ao menos um *working knowledge* do português.

⁶⁷ O CC varia entre .17 e .42, mas é geralmente inferior a 3.

⁶⁸ A variável “língua materna” é, naturalmente, de natureza nominal.

⁶⁹ O CC varia entre 25 e .50, sendo geralmente superior a .35.

⁷⁰ Os CC das respectivas tabelas de contingência são .50 e .49, com significância .000.

	Igualdade	Liberdade
Luanda	10.4%	17.4%
Lubango	8.1%	12.2%
Sumbe	53.3%	53.3%
Maputo	4.4%	60.0%
Nampula	11.7%	40.4%
Tete	26.7%	96.7%

Trata-se aqui de uma ilustração eloquente da necessidade de leituras e de pesquisas aprofundadas, que tenham em consideração a composição e trajetória específicas do “conglomerado de tecidos sociais” de cada uma das cidades.

Pode, finalmente, chamar-se a atenção para algumas diferenças entre Angola e Moçambique, reveladas pelo inquérito. Em relação a valores, avaliações e atitudes, estas são quase sempre significativas, mas bastante menos expressivas do que as imagens correntes o poderiam fazer supor. No caso da adesão aos valores políticos de fundo, as diferenças são apenas tangenciais e, dada a dimensão limitada da amostra, não constituem uma base para interpretações⁷¹. Em contrapartida, registam-se diferenças mais nítidas na avaliação do respeito por estes valores nas I e II Repúblicas bem como nas expectativas quanto ao futuro:

- A avaliação da I República é globalmente algo mais positiva em Moçambique do que em Angola. Esta tendência é nítida nos casos da igualdade, da segurança, da solidariedade e da existência de um rumo para o país. Nos casos da participação, da boa governação e da existência de regras claras, as estatísticas globais apontam para a mesma tendência, mas escondem uma clara polarização: enquanto a avaliação de uma maioria relativa dos moçambicanos é positiva, uma

⁷¹ A adesão à igualdade, ao bem-estar e à segurança é muito ligeiramente mais acentuada em Moçambique, a adesão à participação, à boa governação, à solidariedade e à existência de regras claras mais em Angola. Não há diferenças quanto à liberdade nem à existência de um rumo para o país.

forte minoria é de uma opinião diametralmente oposta, e as entrevistas sugerem que se reflectem aqui diferenças nítidas entre regiões, no tocante às práticas da I República. Uma avaliação mais positiva por parte dos angolanos verifica-se apenas no caso da liberdade, e não há diferença significativa no caso do bem-estar.

- Nas avaliações da II República, o quadro é bem menos nítido. Em Angola, são tangencialmente mais positivas – ou menos negativas – para a igualdade, o bem-estar, a segurança e a solidariedade. Em Moçambique, são nitidamente mais positivas em relação à liberdade, à participação e à existência de um rumo para o país, e tangencialmente mais positivas quanto à boa governação. Não há diferença quanto à (in) existência de regras claras para o funcionamento do país.

- Bastante diferente é a situação no domínio das expectativas quanto à implementação dos valores políticos no futuro: estas expectativas são significativamente mais altas em Angola, exceptuando os casos da liberdade e da existência de um rumo para o país, nos quais não há diferença entre Angola e Moçambique.

A estas reacções diferenciadas não correspondem, porém, as atitudes globais assumidas pelos inquiridos: o apoio às I e II Repúblicas aparece aqui ligeiramente mais forte em Angola, enquanto não há diferenças significativas nas atitudes face ao futuro. Um re-exame dos resultados das entrevistas fornecerá sem dúvida elementos capazes não apenas de elucidar esta aparente contradição, como o conjunto das diferenças (ou faltas de diferença) registadas pelo inquérito e pelas entrevistas.

BIBLIOGRAFIA

- A-IP [Instituto de Pesquisa Económica e Social, Luanda] (2003), "Atitudes dos angolanos face às eleições", disponível em www.iri.org sob o título "Angola Baseline Polling Assessment" [o título em português não consta deste sítio e foi atribuído pelos autores do presente estudo, para fins de identificação].
- ALMOND, Gabriel; VERBA Sidney (1963), *The civic culture: Political attitudes and democracy in five nations*, Princeton, NJ: Princeton University Press.
- ALMOND, Gabriel; VERBA Sidney (1992), *La Cultura Política*, in: Albert Batlle (org.), *Diez textos básicos de ciencia política*, Barcelona: Ariel, pp. 171-201.
- CARVALHO, Arlindo Afonso de (2003), *Aspectos da cultura política dos saotomenses*, manuscrito não publicado.
- CARVALHO, Paulo Horácio de Sequeira e (2004), *Exclusão Social em Angola: O caso dos deficientes físicos de Luanda*, dissertação de doutoramento em sociologia, ISCTE, Lisboa.
- CHABAL, Patrick; DALOZ Jean-Pascal (1999), *Africa Works: Disorder as political instrument*, Londres & Bloomington: James Currey & Indiana University Press.
- CHAIKEN, Shelly; EAGLY Alice (1993), *The psychology of attitudes*. Harcourt Brace College Publishers.
- DOMINGOS, Nelson (2003), *A Igreja Católica como mecanismo de sociedade civil em Angola*, dissertação de mestrado em estudos africanos, ISCTE, Lisboa.
- FARR, Richard; MOSCOVICI Serge (1984), *Social Representations*, Cambridge: Cambridge University Press.
- FLICK, Uwe (1998) (org.), *The Psychology of the Social*, Cambridge: Cambridge University Press.
- FLORÊNCIO, Fernando (2002), *Identidade étnica e práticas políticas entre os vaNdau de Moçambique*, "Cadernos de Estudos Africanos", 3, pp. 39-54.

- FLORÊNCIO, Fernando (2003), *As autoridades tradicionais vaNdau, Estado e política local em Moçambique*, dissertação de doutoramento em estudos africanos, ISCTE, Lisboa.
- GARCIA, Francisco (2004), *Burocracia e poder: o caso da indústria pesqueira em Moçambique*, dissertação de mestrado em estudos africanos, ISCTE, Lisboa.
- GUEDES, Armando Marques *et alii* (2003), *Pluralismo e legitimação: A edificação jurídica pós-colonial de Angola*, Lisboa: Almedina; Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.
- HEIMER, Franz-Wilhelm (1979), *Der Entkolonisierungskonflikt in Angola*, Munique: Weltforum Verlag (versão abreviada em português: *A processo de descolonização em Angola, 1974 – 1976: Ensaio de sociologia política*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1980).
- HEIMER, Franz-Wilhelm (1998), "Staatenwerdung und soziale Identität im portugiesischsprachigen Afrika", in: M. Kuder (org.), *Zivilisation, Sprache und Literatur der afrikanischen Staaten portugiesischer Sprache*, Bona: DASP.
- HEIMER, Franz-Wilhelm, VALA Jorge; VIEGAS José Manuel Leite (1990), *Cultura política: Uma leitura interdisciplinar*, "Sociologia: Problemas e práticas", 8, pp. 9-28.
- HEIMER, Franz-Wilhelm (2002), *Reflexões acerca de uma abordagem interdisciplinar das sociedades africanas*, "Cadernos de Estudos Africanos", 3, pp. 153-159.
- HEIMER, Franz-Wilhelm; SILVA Elisete Marques da (2002), *Culturas políticas em Angola e Moçambique: Elementos para uma agenda de investigação*, "Cadernos de Estudos Africanos", 3, pp. 27-37.
- HEIMER, Franz-Wilhelm (2004), *Dinâmicas políticas dos países africanos de língua portuguesa*, comunicação apresentada no congresso referido na nota 1.
- HIRSCHMAN, Albert O. (1970), *Exit, voice, and loyalty: Responses to decline in firms, organizations, and states*, Cambridge, Mass.: Harvard University Press.

- MILANDO, João (2003), *O desenvolvimento participativo em contextos institucionais advers: Aspectos africanos*, dissertação de doutoramento em estudos africanos, ISCTE, Lisboa.
- PESTANA, Nelson (2003), *Dinâmicas da sociedade civil em Angola*, Lisboa: Centro de Estudos Africanos – ISCTE.
- RIBEIRO, Gabriel Sérgio Mithá (2000), *As representações sociais dos moçambicanos, do passado colonial à democratização: Esboço de uma cultura política*, Lisboa, Instituto da Cooperação Portuguesa.
- RIBEIRO, Gabriel Sérgio Mithá (2004), *Representações sociais sobre o Estado em Moçambique*, comunicação apresentada no congresso referido na nota 1.
- RODRIGUES, Cristina Udelsmann (2004), *Trabalho assalariado e estratégias de sobrevivência e reprodução de famílias em Luanda*, dissertação de doutoramento em estudos africanos, ISCTE, Lisboa.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; TRINDADE João Carlos (orgs.) (2003), *Conflito e transformação social: Uma paisagem das justiças em Moçambique*, 2 vol., Porto, Afrontamento.
- SCHUBERT, Benedict (2000), *A Guerra e as Igrejas: Angola 1961-1991*, Basileia: Schlettwein.
- SILVA, Elisete Marques da (2005), *Os estudantes universitários de Luanda face ao político*, comunicação apresentada na conferência internacional sobre “Recomposições contemporâneas dos espaços sociais na África Lusófona”, organizada pelo Centro de Estudos Africanos / ISCTE e o Departamento de Ciência Política da Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 20 a 22 de Setembro (versão revista a ser publicada na respectiva colecção, em preparação).
- TAJFEL, Henri (1984), *The social dimension*, Cambridge: Cambridge University Press.
- VALA, Jorge; MONTEIRO Maria Benedicta (2004) (orgs.), *Psicologia Social*, 6ª ed., Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.